

“(…) O SOBERBO IMPÉRIO, QUE SE AFAMA.”
A CHINA N’ OS *LUSÍADAS*

“(…) HERE THE PROUD EMPIRE FAMED EVERMORE.”
CHINA IN THE *OS LUSÍADAS*

Ana Cristina Costa Gomes¹

Em memória de Ofélia Paiva Monteiro

Resumo: É impossível falar de edição em Portugal, no século XVI, sem nos referirmos às quatro edições oficiais da obra *Os Lusíadas* de Luís de Camões (dos anos de 1572, 1584, 1591 e 1597). Este livro, apesar de não ter sido o maior êxito dos prelos portugueses à época, se comparado com outros textos tais como a *Imagem da Vida Cristã*, de Frei Heitor Pinto, rapidamente se tornou um dos maiores sucessos da Literatura Portuguesa. Eduardo Lourenço coloca precisamente *Os*

¹ Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa: cristinacostagomes@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-8065-4415>.

Investigadora Corresponsável do projeto de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia intitulado *RES SINICAE. Base Digital de Fontes Documentais em Latim e Português sobre a China (Séculos XVI a XVIII). Levantamento, Edição, Tradução e Estudos* (PTDC/LLT-OUT/31941/2017), do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no qual se enquadra este artigo. Não obstante este texto ter sido convertido, devido a critérios editoriais, para o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), a autora, em defesa da Língua Portuguesa, não adota o referido Acordo.

Lusíadas no centro da mitologia literária e cultural portuguesa e considera que as suas estrofes nasceram de um “onirismo épico”, consciente da desproporção entre a realidade de um pequeno país da Europa e a desmedida aventura imperial que se desenrolava no Oriente.

Ora, do Oriente, à semelhança de outras edições quinhentistas portuguesas, a China marca presença n’*Os Lusíadas*. Com este estudo pretende-se tão-somente analisar quais são os tópicos da dimensão chinesa abordados no poema épico camoniano e em que medida estes surgem ou não numa linha de continuidade com os apresentados nas obras de outros humanistas e cultores das letras portuguesas publicadas até 1572, data em que *Os Lusíadas* conheceram a sua primeira edição.

Palavras-chave: Luís de Camões; *Os Lusíadas*; Edição; China

Abstract: It is impossible to talk about the printing history of sixteenth century Portugal without referring to the four official editions of the *Os Lusíadas* [*The Lusiads*] by Luís de Camões (those of 1572, 1584, 1591 and 1597). This work, despite not being the greatest success of the Portuguese printing press of that period, especially when compared to other books such as Frei Heitor Pinto’s *Imagem da vida cristã* [*Image of Christian Life*], quickly became one of the master-pieces of Portuguese Literature. Eduardo Lourenço places *Os Lusíadas* at the center of Portugal’s literary and cultural mythology, and considers that its stanzas were born out of an “epic oneirism”, aware of the disproportion between the reality of a small European country and the immense imperial adventure unfolding in the Orient. Though, from the Orient, like in other sixteenth century Portuguese works, China is present at *Os Lusíadas*. The aim of this study is only to analyze which are the Chinese topics addressed in

the Camonian epic poem, and to what extent they appear, or not, in a line of continuity with those present in the works of other Portuguese humanists and men of letters published until 1572, date of the *Os Lusíadas* first edition.

Keywords: Luís de Camões; *Os Lusíadas* [*The Lusíads*]; Edition; China

I. Introdução

Ofélia Paiva Monteiro, profunda conhecedora da obra camoniana, não hesitou em referir que ela “(...) continua hoje a perturbar-nos, tão fundo mexe com a nossa identidade portuguesa, a nossa imaginação e questionações interiores que são de sempre.”² Fez esta afirmação naquela que foi a sua última obra, *Variações sobre Temas Camonianos*, que foi publicada pelo Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra, em 2018. Os textos aí reunidos assumem-se, segundo a autora, “quase só” como variações de aspetos da obra camoniana. Porém, muito mais do que simples variações, estes textos são ensaios de uma enorme profundidade que nos convidam a explorar o universo camoniano.

Na verdade, quando lemos e estudamos *Os Lusíadas*, é precisamente essa perturbação, de que fala Ofélia Paiva Monteiro, que experimentamos, razão pela qual o texto que ora se apresenta

² Ofélia Paiva MONTEIRO, *Variações sobre Temas Camonianos*. Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2018, p. 17.

constitui ele, sim, uma verdadeira variação sobre um tópico específico da obra camonianiana: a China n'Os *Lusíadas*. Ressalve-se, no entanto, que não tem como objetivo abordar a possível estadia de Camões em Macau e na China continental, por ser este um tema que já mereceu vários estudos, com argumentação distinta, dos quais se destacam os que lhe foram dedicados por Rui Loureiro³ e Eduardo Ribeiro⁴.

O primeiro autor apresentou três pontos hipotéticos de ligação de Camões à China, na sua biografia: a nomeação, em data incerta, para um cargo administrativo menor, numa das viagens à China atribuídas pela Coroa portuguesa a súbditos seus; o naufrágio no Mar do Sul da China, durante a referida viagem, à ida ou à volta; e a estadia num dos portos do litoral chinês, talvez Macau. Relativamente aos três, Rui Loureiro afirmou não serem “(...) suportados por qualquer base documental minimamente segura.”⁵ Segundo este autor, à data em que a obra *Os Lusíadas* foi impressa pelos prelos lisboetas, já circulavam em Portugal várias notícias sobre a China, fruto de mais de meio século de contactos assíduos mantidos por capitães, comerciantes, missionários e aventureiros. É, pois, perentório ao afirmar que, de modo algum, “(...) as notícias que nos transmite sobre a China implicam uma obrigatória visita ao litoral chinês.”⁶

³ Rui LOUREIRO, “Camões em Macau: um mito historiográfico”, in *Nas Partes da China*. Lisboa, CCCM, I. P., 2009, pp. 129-150. Este estudo retoma o artigo anterior “Camões em Macau: um mito historiográfico”: *Revista de Cultura / Review of Culture* (Macau), n. 7 (2003), pp. 109-125. No texto publicado em 2009, o autor sublinhou que não teve a intenção de inovar neste campo tão debatido, já que “(...) não surgiram recentemente quaisquer documentos inéditos que permitam reformular toda a problemática.” (p. 129)

⁴ Eduardo RIBEIRO, *Camões no Oriente*. 2.^a ed. Lisboa, [s.n.], 2018. Esta última obra recupera o trabalho anterior *Camões em Macau – uma certeza histórica*. Macau, Ed. COD, 2007.

⁵ R. LOUREIRO, “Camões em Macau: um mito historiográfico”, op. cit., p. 131.

⁶ R. LOUREIRO, “Camões em Macau: um mito historiográfico”, op. cit., p. 130.

Contrariamente à posição defendida por Rui Loureiro, Eduardo Ribeiro sustenta que a estadia de Camões em Macau, na China, durante os anos de 1562 a 1564, é uma certeza histórica. Para este último autor, a “(...) descrição da Ásia que Camões faz no Canto X do poema épico sugere fortemente que o Poeta evoca um caminho percorrido até chegar à China.”⁷ Além disso, refere que outros versos camonianos demonstram que Camões esteve na China, reportando-se aos que associa ao naufrágio.⁸

Não é pretensão deste artigo participar nesta discussão, sobre a presença física de Camões na China continental e em Macau. Pretende-se, sim, num plano meramente ideológico, analisar a forma como a China marca efetiva presença, desde a década de 40 do século XVI, na obra de alguns humanistas portugueses e homens de letras, e dar especial enfoque à forma como é projetada a sua imagem n’*Os Lusíadas*. Quais são os tópicos abordados por Camões e em que medida surgem ou não numa linha de continuidade com os apresentados nas obras de outros humanistas e cultores das letras portuguesas?

Não podemos esquecer que Camões, nas palavras de Ofélia Paiva Monteiro, “(...) alimenta o tema da viagem com a sua experiência e os seus sonhos: por isso se torna ele o campo privilegiado de uma escrita em que dialecticamente se articulam os dados da memória e os fantasmas do desejo, num diálogo que nos dá acesso de modo pungente aos dilemas de uma subjectividade passional e interrogadora, simultaneamente solicitada pela ascese e fruição, pela atracção do desconhecido e pelo sonho da imobilidade, pelo real concreto e pela utopia.”⁹ É precisamente nessa charneira,

⁷ E. RIBEIRO, *Camões no Oriente*, op. cit., p. 170.

⁸ E. RIBEIRO, *Camões no Oriente*, op. cit., pp. 171-175.

⁹ O. P. MONTEIRO, *Variações sobre Temas Camonianos*, op. cit., p. 12.

entre o real e a utopia, que Camões constrói e projeta a sua visão da China.

O tópico da utopia ou distopia da China foi, aliás, desenvolvido por alguns autores tais como João Medina (1978-1979)¹⁰, Raffaella d’Intino (1989)¹¹, Vitorino Magalhães Godinho (1990)¹², Manel Ollé (2000 e 2007)¹³, ou, mais recentemente, Francisco Roque de Oliveira (2016).¹⁴

Raffaella d’Intino, filóloga, foi defensora da tese de que a China recuperada das fontes ou dos circuitos portugueses de comunicação noticiosa correspondeu a uma visão utópica e maravilhosa do país, entendido como reino-modelo, o qual parece ter substituído a mitologia do Cataio medieval. Posição semelhante defendeu Manel Ollé, ao considerar que a imagem europeia da China Ming, criada pelos ibéricos no século XVI, se caracterizou por uma matriz utópica.¹⁵ Segundo Ollé, esta visão da China continuava a entroncar nas perceções da China mongol, por via da obra *Il Milione* de Marco Polo.

Numa linha oposta, encontram-se dois autores: João Medina e Vitorino Magalhães Godinho. Para o primeiro, não é possível

¹⁰ João MEDINA, “Não há utopias portuguesas”: *Revista de História das Ideias*, vol. 2 (1978-1979), pp. 163-170.

¹¹ Raffaella D’INTINO, (Introdução e Leitura de), *Enformação das Cousas da China. Textos do Século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1989].

¹² Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*. Algés, Difel, 1990.

¹³ Manel OLLÉ, *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000 e “La imagen española de China durante el siglo XVI”, in Carlos MARTÍNEZ-SHAW e Marina ALFONSO MOLA (eds.), *La ruta española a China*. Madrid, Ediciones El Viso, 2007, pp. 81-96.

¹⁴ Veja-se Francisco Roque de OLIVEIRA, “China: utopia ou distopia? Interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI”, in *Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona, Universitat de Barcelona, 2016. http://www.ub.edu/geocrit/xiv_franciscooliveira.pdf (último acesso: 5/11/2020).

¹⁵ M. OLLÉ, “La imagen española de China durante el siglo XVI”, op. cit., p. 82.

identificar qualquer utopia em toda a literatura portuguesa de viagens, do século XVI. O segundo rejeitou a possibilidade de se descortinar um qualificativo utópico nas narrativas portuguesas sobre a China, acentuando, pelo contrário, a maneira pragmática como as fontes portuguesas “olharam” a China, com um “olhar de mercador”, tendo o interesse português pela China sido despertado apenas após a instalação em Malaca (1511). O poema *Os Lusíadas* é precisamente uma das obras do século XVI elencadas por este autor como parte integrante de um *dossier* de textos com conteúdos sobre a China e que se incluem numa visão pragmática desse Império.¹⁶

Interessante será notar, como fez Francisco Roque de Oliveira, que as leituras das referências à China em obras de Quinhentos tendem a organizar-se de acordo com a clivagem atrás apresentada: o reconhecimento de retratos idílicos de uma China utópica e uma atitude cética em relação a descrições entusiásticas sobre a riqueza chinesa e a organização da sua sociedade. E talvez fosse de acrescentar a esta consideração que será em obras como *Os Lusíadas*, dada a sua natureza literária, que mais facilmente é possível reconhecer um cruzamento entre o real e a utopia na escrita sobre a China.

II. A China “aos olhos” de humanistas portugueses

Quando Camões escreveu e publicou *Os Lusíadas* já corriam notícias impressas sobre a China Ming em Portugal, às quais o poeta muito provavelmente teve acesso. Foi pelo porto de Lisboa que, desde o início do século XVI, elas chegaram à Europa.¹⁷

¹⁶ V. M. GODINHO, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*, op. cit., pp. 585-586.

¹⁷ Sobre a dimensão asiática do porto de Lisboa, veja-se Cristina Costa GOMES, “Lisboa: Porto Asiático (Séculos XVI e XVII)”: *Revista de Cultura* 46 (2014), pp. 66-79.

A partir de meados desse século, o conhecimento da China alcançou, porém, uma maior projeção. Alguns humanistas portugueses, mesmo sem terem vivência asiática direta, elogiaram diferentes dimensões da China nas suas obras, contribuindo, assim, para que se fosse constituindo uma imagem extremamente positiva desse império, à qual Camões veio a dar seguimento. De entre eles, será importante destacar quatro nomes: Garcia de Resende, Damião de Góis, Jerónimo Osório e João de Barros. Nas obras destes autores reconheceremos temas comuns, que encontrarão ecos n'Os *Lusíadas* de Luís de Camões.

Na década de 30 do século XVI, Garcia de Resende (c. 1470-1554) compôs a sua *Miscellanea e Variedade de Historias, Costumes, Casos e Cousas que em seu tempo aconteceram*, que só foi publicada no ano de 1554. Neste esboço histórico, em verso, é possível reconhecer, desde logo, alguns tópicos sobre a China que serão repetidos nas obras de Damião de Góis, Jerónimo Osório, João de Barros e do próprio Luís de Camões. Garcia de Resende integra a China num “mundo encoberto”, que vira então “descobrir”, caracterizando-a pelas suas coisas “espantosas”.¹⁸ Mas, se este olhar maravilhado parece corresponder a uma visão utópica, Garcia de Resende não deixa de uma forma mais pragmática, ou com um “olhar de mercador”, na expressão de Vitorino Magalhães Godinho, de registar todas as riquezas oriundas desse império: damascos, cofres, leitos marchetados, prata, aljôfar e seda.¹⁹ Destaca, ainda, as suas cidades populosas, as grandes povoações cercadas e as casas de “mil perfeições”.²⁰ E, em termos culturais, quando se refere à

¹⁸ Garcia de RESENDE, *Miscellanea e Variedade de Historias, Costumes, Casos e Cousas que em seu tempo aconteceram*, pref. e notas de Mendes dos REMÉDIOS. Coimbra, França Amado-Editor, 1917, p. 20 (estrofe 50) (1.ª ed. 1554). Veja-se ainda: Aida Fernanda DIAS, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. A Temática*, Vol. V. Lisboa, IN-CM, [1998].

¹⁹ G. de RESENDE, *Miscellanea e Variedade de Historias*, op. cit., p. 26 (estrofe 66).

²⁰ G. de RESENDE, *Miscellanea e Variedade de Historias*, op. cit., p. 26 (estrofe 67).

presumível invenção da imprensa por Gutenberg na Alemanha, não deixa de referir que outros atribuíam à China essa invenção: “outros afirmam na China / ho primeiro inuentador.”²¹

A antiguidade da impressão na China foi igualmente destacada por D. Jerónimo Osório (1515-1580), no tratado escrito em latim e intitulado *De gloria*, publicado em Coimbra, no ano de 1549.²² Nesta obra, considerada um *best-seller* europeu de Quinhentos, atendendo ao seu elevado número de edições²³, Osório sublinhou o pioneirismo dos chineses na impressão de livros por caracteres móveis, técnica atestada desde o século XI: “(...) na impressão de livros servem-se há imensos séculos dos tipos de bronze que nós utilizamos não há muito tempo.”²⁴

Mas, a impressão é apenas um dos aspetos, elogiados por este humanista, do desenvolvimento cultural chinês. Deve acrescentar-se, também, a relevância atribuída aos estudos literários, ao papel dos letrados e ao sistema minucioso de exames da administração.²⁵ Em suma, a China é representada por

²¹ G. de RESENDE, *Miscellanea e Variedade de Historias*, op. cit., p. 63 (estrofe 179).

²² Jerónimo OSÓRIO, *Tratado da Glória*, ed. de A. Guimarães PINTO. Lisboa, Imprensa Nacional, 2005 (1.^a ed. 1549).

²³ A obra conheceu 13 edições em vida do autor. Ver João Manuel Nunes TORRÃO, “D. Jerónimo Osório e o *De Gloria*. Um *Best-Seller* europeu de Quinhentos”, in António ANDRADE *et alii* (orgs.), *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Porto, Câmara Municipal do Porto, Biblioteca Pública Municipal; Universidade de Aveiro, Centro de Línguas e Culturas, 2013, pp. 233-250.

²⁴ J. OSÓRIO, *Tratado da Glória*, op. cit., p. 141. Sobre a técnica de impressão vejam-se os seguintes estudos: Francesca BRAY, *Technology and Society in Ming China* (1368-1644). [Washington], Society for the History of Technology-American Historical Association, 2000, pp. 10-11; Cynthia J. BROKAW & Kai-wing CHOW (eds.), *Printing and Book Culture in Late Imperial China*. Berkeley, University of California Press, 2005, pp. 8, 16; e Benjamin A. ELMAN, *A Cultural History of Modern Science in China*. Cambridge (Mass.) - Londres, Harvard University Press, 2006, pp. 80-82.

²⁵ Sobre as referências feitas à China por D. Jerónimo Osório, vejam-se os seguintes estudos: Américo da Costa RAMALHO (org.), *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, pp. 174-177; Rui LOUREIRO, “Antologia Documental, Visões da China na Literatura Ibérica

Jerónimo Osório como um país onde a sabedoria dos letrados se encontrava ao serviço do Estado e do interesse público, referindo o autor que ali se dava “(...) tanto apreço ao saber que de modo algum se admite que o mando supremo seja concedido senão àquele homem que demonstrar que adquiriu completamente toda a espécie de conhecimentos.”²⁶

As notícias da China no tratado *De gloria* não se limitam, no entanto, à vertente cultural. Neste texto é possível reconhecer outros assuntos já identificados na *Miscellanea* de Garcia de Resende, tais como o da vastidão da China e o da vitalidade do seu comércio. Mais uma vez, assistimos a uma imagem mais utópica do império chinês, que se consubstancia, neste caso, na exaltação da sua vida cultural e artística, na civilidade dos chineses e no seu amor às artes, mas que não deixa de ser combinada com um olhar utilitário, quando se reporta à extensão do seu território, ao comércio, à grandeza das suas cidades e aos seus edifícios. Nas suas palavras, “(...) é difícil que exista alguma nação comparável à chinesa, quer no que se refere à grandeza das cidades, quer à formosura dos edifícios, quer à civilidade e modo de viver, quer ao ardente amor das artes.”²⁷

A China voltaria à pena de D. Jerónimo Osório, numa obra editada em 1571, *De rebus Emmanuelis gestis*, dedicada ao

dos séculos XVI e XVII”: *Revista de Cultura*, n.º 31 (I série), Instituto Cultural de Macau (Abril/Junho 1997), p. 42; João Manuel Nunes TORRÃO, *A China na obra de D. Jerónimo Osório*, in *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993, pp. 449-460; e Cristina Costa GOMES e Isabel Murta PINA, “Reflexos de Glória e Sabedoria. O mundo letrado chinês e o Humanismo Português”, in Cristina PIMENTEL *et alii* (eds.), *O Humanismo Português e Europeu no 5º Centenário do Cicero Lusitanus: Dom Jerónimo Osório (1515-1580)*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 571-581.

²⁶ J. OSÓRIO, *Tratado da Glória*, op. cit., p. 141.

²⁷ J. OSÓRIO, *Tratado da Glória*, op. cit., p. 141.

Cardeal D. Henrique.²⁸ No início desta obra, o autor identificava a sua principal fonte de inspiração: a *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*²⁹ de Damião de Góis (1502-1574)³⁰, que saíra do prelo poucos anos antes, entre 1566 e 1567. O escritor advertia diretamente os leitores de que: “Para maior facilidade minha servio muito ter já d’antes Damião de Góes tirado com muita industria, desvelo e fadiga de muitas Cartas e Memorias, o que me deixou escrito, que sem vagar sobejo me fora improbo de averiguar.”³¹ No entanto, relativamente à China, é possível constatar que D. Jerónimo Osório desenvolve tópicos que não figuram na obra de Damião de Góis. Este último autor já mencionara, no ano de 1539, a China e o arquipélago de Riukyu [dos Léquios], num pequeno opúsculo intitulado *De rebus et Imperio Lusitanorum ad Paulum Jovium disceptatiuncula*³², dedicado ao humanista e cardeal veneziano Pietro Bembo (1470-1547), mas foi na *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel* que deixou uma imagem breve,

²⁸ Esta obra teve edição portuguesa: Jerónimo OSÓRIO, *Da vida e feitos d’El Rey D. Manoel*, Tomos I-III. Lisboa, Na Impressão Regia, 1804-1806 (1.ª ed. 1571).

²⁹ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, anot. e pref. de Joaquim de CARVALHO e David LOPES, Parte I-Parte IV. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926 (1.ª ed. 1566-1567).

³⁰ Sobre a vida e a obra de Damião de Góis veja-se: Elisabeth Feist HIRSCH, *Damião de Gois. The Life and Thought of a Portuguese Humanist, 1502-1574*. Haia, Martinus Nijhoff, 1967; Luís Filipe BARRETO, *Damião de Gois: Os Caminhos do Humanista*. [Lisboa], CTT, 2002; e *Obras de Damião de Góis*, Vol. II (1539-1540). *O fascínio do Oriente e a aproximação à Europa do Norte*. Leitura diplomática e versão portuguesa por Miguel Pinto de MENESES. Edição, introdução e notas de Manuel CADAFAZ DE MATOS. Apresentação de Amadeu TORRES. Lisboa, Edições Távola Redonda, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (CEHLE) IX, 2006.

³¹ D. de GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Primeira Parte, op. cit., pp. 5-6 (1.ª ed. 1566).

³² Este opúsculo tem tradução portuguesa: “Breve contestação de Damião de Góis a Paulo Jóvio sobre o domínio dos portugueses”, in *Opúsculos Históricas*, trad. do original latino por Dias de CARVALHO. Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, pp. 85-89.

mas muita positiva sobre a China: a de um país extenso, rico³³ e bem governado. Tal como fará Osório, no tratado *De gloria*, não esconde a sua admiração pela vida cultural e a dimensão artística dos chineses, sublinhando que “(...) em cousas de arte mecânica passam todalas nações do mundo (...)”.³⁴

É, porém, difícil admitir que a *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel* tenha sido a única fonte documental a que recorreu o Bispo de Silves para retratar a China no *De rebus Emmanuelis gestis*, já que o faz de uma forma mais extensa e explorando assuntos que não foram tocados por Góis. O Bispo de Silves terá recorrido a outros documentos e testemunhos escritos e orais. É o próprio que nos dá a conhecer que tinha, além da obra de Damião de Góis, “(...) muitas apostilas, que tirei de algumas escrituras, outras que ouvi, as quaes não deixarei em silêncio.”³⁵ Que registos seriam esses? Não podemos esquecer que à data em que esta obra de D. Jerónimo Osório foi editada já se conhecia, entre outros testemunhos, o tratado de Galiote Pereira³⁶, assim como já haviam sido publicadas obras que representaram um avanço considerável na transmissão

³³ D. de GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte Quarta, op. cit, p. 59 (1.^a ed. 1567).

³⁴ D. de GÓIS, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte Quarta, op. cit, p. 59.

³⁵ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d' El Rey D. Manoel*, Tomo I, op. cit., 1804, p. 6.

³⁶ Alguns destes testemunhos sobre a China, baseados em observação *in loco*, foram publicados por R. D'INTINO, *Enformação das Cousas da China. Textos do Século XVI*, op. cit., pp. 5-145. Neste conjunto encontram-se os textos dos cativos de Cantão. Destes, Raffaella d'Intino destacou o tratado de Galiote Pereira: “Com Galiote Pereira pode falar-se da verdadeira sedução pelo modelo chinês, cuja influência sobre as mentalidades europeias dava então os primeiros passos.”, p. 99. Galiote Pereira escreveu um manuscrito intitulado *Algumas coisas sabidas da China*, cuja redação é apontada entre os anos de 1553 e 1561, embora existam indícios de que o terá começado a escrever em 1551. Fidalgo português, esteve preso no interior da China durante três anos e meio, tendo conseguido escapar ao cativeiro em 1553. Este tratado embora seja da responsabilidade de Galiote Pereira revela, também, intervenções de jesuítas do Colégio de Goa. Cf. Galiote PEREIRA, *Algumas cousas sabidas da China*, introd., modernização do texto e notas de Rui LOUREIRO. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1992, p. 13.

do conhecimento sobre a China, nomeadamente as *Décadas* de João de Barros (Primeira Década, 1552 e Terceira Década, 1563) e o *Tratado das Coisas da China* (1569-1570) de Frei Gaspar da Cruz (1520-1570)³⁷.

D. Jerónimo Osório, muito provavelmente já na posse dessas narrativas, avança, na obra *De rebus Emmanuelis gestis*, para uma descrição mais pormenorizada da China. Esta é vista como “hum paiz vastíssimo”³⁸ e rico. O seu território é caracterizado como “(...) fertil, e abundante em tudo o que he necessario á vida, luxo e elegancia della.”³⁹ As apreciações de cariz mais realista confundem-se, de novo, com algumas expressões hiperbólicas utilizadas pelo humanista. Por exemplo, ao referir-se à vida dos chineses, declara: “Vivem todos á la grande, banquetecendo-se a miúdo; trajão lans, algodões, sedas, e ainda brocados de ouro, segundo as estações do ano (...).”

Mas, é, mais uma vez, o perfil cultural e artístico dos chineses que atrai D. Jerónimo Osório, atendendo à sua própria formação de letrado e à sua sensibilidade artística. Na área científica, destaca a aplicação dos chineses à Matemática e à Astronomia⁴⁰, referindo que os que se aplicavam aos estudos e revelavam progressos, com “grandissimas honras”, eram distinguidos.⁴¹ No campo das artes,

³⁷ Frei Gaspar da CRUZ, *Tratado das Coisas da China* (Évora, 1569-1570), ed. de Rui Loureiro. Lisboa, Edições Cotovia, 1997. Sobre a vida e a obra de Frei Gaspar da Cruz devem ser destacados os seguintes estudos, além da edição já referenciada: Raffaella D'INTINO, *Enformação das Cousas da China. Textos do Século XVI*, op. cit.; Francisco Roque de OLIVEIRA, *A construção do conhecimento português sobre a China, c. 1500-c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta* (tese de Doutoramento apresentada à Universitat Autònoma de Barcelona, Departamento de Geografia, texto policopiado, 2003); e a edição recente de Frei Gaspar da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, ed. de Zulmira SANTOS e Luís de SÁ FARDILHA. Porto, U. Porto Edições, 2019.

³⁸ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 211.

³⁹ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 212.

⁴⁰ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 212.

⁴¹ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 214.

salientava a sua perícia enquanto artífices e pintores: “São excelentes artífices e pintores afamados.”⁴² E, mais uma vez, se reportava à antiguidade da impressão na China.⁴³

A admiração pela Grande Muralha chinesa é outro dos temas abordados neste texto e ressurgirá em obras posteriores como *Os Lusíadas* de Luís de Camões. D. Jerónimo Osório aludiu à Grande Muralha, afirmando que “As montanhas, que do Norte se encadeão até ao Sul, dividem os Chins dos Tartaros, e os valles e campinas, que desunem estas montanhas, as atravessão os Chins com muralhas tão grossas, que facilmente atalhão os ímpetos aos Scythas.”⁴⁴

Os trabalhos de Garcia de Resende, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório circularam e foram lidos nos meios intelectuais portugueses, na Corte e nos círculos eclesiásticos; bastará pensar no número de edições quinhentistas do *De gloria*. Estes influenciaram, a par de outras notícias sobre a China que chegavam a Lisboa, as obras de outros humanistas, nos quais identificaremos tópicos idênticos, tratados de forma mais ou menos extensa, relativamente aos encontrados nos textos analisados.

Um destes foi, certamente, o humanista João de Barros (1496-1570)⁴⁵ que, enquanto feitor da Casa da Índia (1533-1567), gozou

⁴² J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d'El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, p. 214.

⁴³ “He tão antiga entre eles a arte de imprimir os livros por meio de formas de bronze, e propagar assim a memória das cousas, que se ignora, della o mui arredado Inventor.” Cf. J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d' El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, pp. 212-213.

⁴⁴ J. OSÓRIO, *Da vida e feitos d' El Rey D. Manoel*, Tomo III, op. cit., 1806, pp. 211-212.

⁴⁵ Sobre a vida e a obra de João de Barros deverão ser consultados os seguintes estudos de António Borges COELHO: *Tudo é Mercadoria. Sobre o Percurso e a Obra de João de Barros*. Lisboa, Caminho, 1992; *João de Barros: Na História «Está Semeada toda a Doutrina»*, Sep. de *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa, Centro de Arqueologia e História/INIC, 1992; e *João de Barros. Vida e Obra*.

de uma posição privilegiada para escrever sobre a China, apesar de nunca ter viajado para esse país, tal como os três autores já analisados. No entanto, diferentemente destes, escreve já com base em fontes chinesas. É o próprio que testemunha esse facto, na *Terceira Década* (Lisboa, 1563), referindo-se a ter na sua posse uma carta geográfica de produção chinesa, na qual se encontravam assinalados “(...) todollos montes, rios, cidádes, villas, com seus nomes escritptos na letra delles.” Para a interpretação desta carta, mandara vir da China “(...) hum Chij, pera à jnterpretaçam della, & dalguuns liuros seus que tambem ouuemos.”⁴⁶

Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

⁴⁶ João de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, Livro II, cap. VII. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, fl. 44 v. (1.^a ed. 1563). A referência ao intérprete chinês já tinha surgido na *Primeira Década*, publicada em Lisboa em 1552. Cf. João de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 350-351 (1.^a ed. 1552): “(...) porque hum escráu Chij que comprey pera jnterpretaçam destas cousas sabia também ler e escrever nossa linguagem, e é grande contador de algarismo.” É possível estabelecer uma identificação desta carta com o *Guangyuytu* [Atlas Terrestre Alargado], de Luo Hongxian, editado pela primeira vez por volta de 1555 e que teve uma ampla circulação na China Ming (1368-1644). Cf. Liam BROCKEY, “The first China Hands: The Forgotten Iberian Origins of Sinology”, in Christina H. LEE (ed.), *Western Visions of the Far East in a Transpacific Age, 1522-1657*. Farnham, Ashgate Publishing, 2012, p. 75; e Timothy BROOK, *The Troubled Empire. China in the Yuan and Ming Dynasties*. Cambridge (Mass.) - Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 2010, pp. 173-175. Barros refere-se também a propósito da divisão geográfica da Ásia a “(...) hum liuro de Cosmographia de pequeno volume com táuoas da situação da terra, e comentairo sobre ellas á maneira de jtinerario (...)”. Cf. J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, op. cit., fl. 44 v. Desconhece-se a data em que Barros recebeu este livro, mas sabe-se que foi persuadido, pelo núncio apostólico em Portugal, o bispo Giovanni Ricci da Montepulciano (1545-1550), a enviar algo “exótico” ao Cardeal Alessandro Farnese, embora o destinatário final fosse o humanista Paulo Jóvio, que pedira este presente ao seu protetor. Este último terá recebido a obra antes do início de Setembro de 1549, altura em que abandonou Roma, com destino a Florença, devido ao papa Paulo III lhe ter recusado a diocese de Como, a sua cidade natal. O biógrafo de João de Barros narra este episódio. Cf. Manuel Severim de FARIA, *Discursos Vários Políticos*, ed. de Maria Leonor Soares Albergaria VIEIRA. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999, p. 47 (1.^a ed. 1624).

Nesta *Década*, o humanista dedicou um capítulo⁴⁷ inteiramente à descrição da China, no qual recuperou tópicos repetidos por Garcia de Resende, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório, entre os quais o da grandeza da China.⁴⁸ O tema da riqueza, simultaneamente económica, cultural e artística, foi logo tratado na *Primeira Década*, publicada em Lisboa, no ano de 1552. Para Barros, os bens da China eram tantos que “(...) a pena recea entrar na relação delles (...)”⁴⁹. O autor marcava, assim, a superioridade do rei da China em relação aos outros soberanos asiáticos, em termos de “(...) térra, pouo, potencia, riqueza e policia”⁵⁰; a superioridade dos rendimentos da China em comparação com os dos reinos europeus⁵¹, como terra “(...) tam gróssa e abastáda de tudo”⁵²; ou a superioridade artística dos chineses, que permitia que criassem “(...) obras de todo genero tam primas e sotijs que nam parecem feytas com dedos mas que as laurou a natureza”.⁵³ Na sua apreciação da arte chinesa aproximava-se das observações realizadas por D. Jerónimo Osório.

No entanto, a obra de João de Barros representa um salto informativo relativamente aos autores já abordados porque se fundamenta em documentação chinesa, lida e interpretada em primeira mão, com recurso a um intérprete chinês. Além disso, beneficia dos testemunhos presenciais que iam chegando da

⁴⁷ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, Livro II, cap. VII, op. cit., fls. 44-48 v.: “Em que se descreue a terra da China & relata alguãs cousas que há nella, & principalmente da cidade de Cantam que Fernam Perez ya descobrir.”

⁴⁸ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, op. cit., fl. 44. Barros refere-se à China como uma “Gram Prouincia [se este nome pode ter aquella parte da terra] a que nós chamamos China, e a mais Oriental que Asia tem (...)”.

⁴⁹ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 350.

⁵⁰ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 350.

⁵¹ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 350: “(...) e se é verdáde a jnterpretaçam dos numeros de sua conta, pareceme que tem mór rendimento que todolos reynos e potencias da Európa.”

⁵² J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 351.

⁵³ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Primeira Década*, op. cit., p. 351.

Ásia. Note-se que o humanista refere que, entre as novidades que observara na carta geográfica chinesa, se encontrava a Grande Muralha, a qual, segundo o próprio, ao vê-la pintada pelos chineses, lhe causara “grande admiração”.⁵⁴ Este tópico também foi tratado por D. Jerónimo Osório, na obra *De rebus Emmanuelis gestis*, publicada em 1571, ou seja, após a edição da *Terceira Década* de João de Barros, ocorrida em 1563. Terá sido a referência de Osório devedora destas informações de Barros fundamentadas em matéria chinesa e em notícias de viajantes? Que outras fontes poderão ter contribuído para esta informação?

Frei Gaspar da Cruz e Luís de Camões retomarão este tema. *Os Lusíadas* tiveram a sua primeira edição dois anos após a publicação do livro de Frei Gaspar da Cruz e um ano após a publicação da obra do Bispo de Silves. Terá Camões lido as obras de João de Barros, do dominicano Gaspar da Cruz e de D. Jerónimo Osório? É impossível não registar as afinidades temáticas e uma linha de continuidade nas obras destes humanistas. O fascínio pelo universo cultural chinês é, aliás, um dos temas recorrentes em todos estes escritores. João de Barros não resiste também, neste campo, a fornecer informação baseada em testemunhos chineses: “Os Chijs dizem que elles tem dous olhos de jntendimento acerca de todallas as cousas, e nós os da Európa depois que nos comunicaram temos hum ólho, e todallas outras nações sam cegas.”⁵⁵

⁵⁴ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, op. cit., fl. 45.

⁵⁵ J. de BARROS, *Ásia de João de Barros, Terceira Década*, op. cit., fl. 46.

III. “não é nada ouvi-lo em comparação de visto”: as “cousas da China” pelo olhar e a pena de Frei Gaspar da Cruz

Dois anos antes de ser editada a obra *Os Lusíadas* de Luís de Camões, era dado ao prelo, em Évora no ano de 1570⁵⁶, o *Tratado das Cousas da China*. Dedicado ao rei D. Sebastião, assume-se como a primeira obra inteiramente dedicada à China Ming a ser impressa na Europa.

Este texto destaca-se dos anteriores não só por eleger a China como objeto central e quase exclusivo da narrativa⁵⁷, mas, especialmente, por ser escrito por alguém que esteve no território e que, por isso, o viu e sentiu. O frade dominicano Gaspar da Cruz partiu para a Índia em 1548 e esteve em Cantão entre 1556 e 1557, ano em que regressou a Malaca. Alguns anos mais tarde voltou a Portugal, em 1564 ou 1569.⁵⁸

No seu “Aviso aos Leitores” não só sintetiza o conteúdo da obra, no qual desde logo se reconhecem alguns dos temas desenvolvidos pelos autores que temos vindo a tratar, mas avança com alguns tópicos humanísticos, tais como o da verdade e o do valor da experiência. Começa por advertir o leitor que não deverá esperar de si “(...) abundância de eloquência e ornamento em composição de palavras, somente se contente com eu ser fiel e verdadeiro na singela narração.”⁵⁹ E, sobre a “grandeza das cousas da China”, acrescenta que “(...) inda que comumente as cousas ao longe

⁵⁶ A obra regista no frontispício a data de 1569, enquanto o colofon incorpora a indicação: “aos xx. Dias de fevereiro de 1570.” Cf. Frei Gaspar da CRUZ, *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China com suas particularidades e assi do Reino de Ormuz*. Évora, André de Burgos, 1570.

⁵⁷ Excluindo-se a “Relação da Crónica dos reis d’Ormuz e da fundação da cidade d’Ormuz” que ocupa a parte final da obra.

⁵⁸ Sobre Frei Gaspar da Cruz veja-se o estudo de Rui LOUREIRO, “Gaspar da Cruz, primeiro sinólogo europeu”, in *Nas Partes da China*. Lisboa, CCCM, I.P., 2009, pp. 113-128.

⁵⁹ Frei G. da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, op. cit., 2019, p. 43.

soem mais daquilo que em si são, esta é pelo contrário, porque muito mais é do que soa e faz mui diferente impressão de vista a lida ou ouvida, o que se cumpriu em mi e noutros que depois de vistas as cousas da China dissemos «Isto há-se de ver e não se há-de ouvir», porque não é nada ouvi-lo em comparação de visto.»⁶⁰ Frei Gaspar da Cruz demarcava, desta forma, a sua escrita sobre a China, assente no testemunho presencial, fruto da sua estadia em Cantão, da de outros autores que se baseavam apenas nos relatos de outras pessoas.

No entanto, na sua escrita é possível identificar algumas fontes escritas e nem todas são de autores que vivenciaram a China. Se algumas poderão ser atribuídas ao grupo dos que, tal como o dominicano, viram a China e não se limitaram apenas a ouvir falar dela, como é o caso de Galiote Pereira, outras são de escritores que nunca viajaram para esse país, como é o caso de João de Barros, de quem leu a *Terceira Década* e em quem se inspira precisamente para falar da expansão marítima chinesa⁶¹ e da Grande Muralha (que ele próprio nunca viu, pelo que o seu conhecimento do terreno não se aplicava aqui, tendo que recorrer a terceiros). Nas suas palavras, tinham: “(..) os chinas cem léguas (dizendo outros que serão mais) de muro antre si e eles, onde há sempre guarnições de gente pera defesa das entradas dos tártaros.”⁶² A alusão a “outros” dirigia-se muito provavelmente a Barros, já que este estimara o comprimento da muralha em duzentas léguas (e certamente pelo detalhe e por

⁶⁰ Frei G. da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, op. cit., 2019, p. 43.

⁶¹ R. LOUREIRO, “Gaspar da Cruz, primeiro sinólogo europeu”, op. cit., p. 120. Barros refere-se à expansão marítima chinesa: “Porem assi nesta conquista terrestre que tiveram, como na per már quando vieram á India (como já dissemos) teueram mayór prudência que os Gregos Cathaginenses e Romanos.” Cf. J. de BARROS, *Terceira Década*, op. cit., fl. 46 v.

⁶² Frei G. da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, op. cit., 2019, p. 65.

ter consultado a carta geográfica, terá sido considerado como a maior autoridade sobre esta questão).⁶³

O objetivo deste tratado é definido logo no seu início: tratar das “cousas da China meudamente”. Numa linha de continuidade com as obras anteriores, a China é vista como modelo. Para este autor “(...) os chinas a todos excedem em multidão de gente, em grandeza de reino, em excelência de polícia e governo e em abundância de possições e riqueza (...)”⁶⁴ Gaspar da Cruz transmite o seu fascínio pela grandeza e a organização das suas cidades, pela eficácia do seu sistema judicial, enaltece as formas de governo, o respeito existente pelas hierarquias e a enorme habilidade artística dos chineses. Do plano geral para o particular, tece ainda considerações sobre aspetos tão díspares como as festas, a escrita, a tipografia, o uso do chá e o hábito de atar os pés das mulheres (precisamente os tópicos que irão marcar todas as descrições da China).⁶⁵

Apesar de ser possível reconhecer alguns dos temas já tratados por outros autores, o tratado de Frei Gaspar da Cruz ultrapassou, em quantidade e qualidade de informação, todas as descrições anteriores sobre a China pelo seu esforço de sistematização. Mais do que um relato presencial, é, como o caracterizou Rui Loureiro, uma verdadeira *enciclopédia* dos conhecimentos portugueses sobre a China até ao momento da sua redação.⁶⁶

Esta obra foi lida por outros escritores, que tiveram em comum, com o missionário dominicano, a vivência da Ásia, nomeadamente

⁶³ J. de BARROS, *Terceira Década*, op. cit., fl. 44 v.: “(...) vay lançado hum muro (...) cujo comprimento parece ser mais de dozentas legoas.”

⁶⁴ Frei G. da CRUZ, *Tratado das Cousas da China*, op. cit., 2019, p. 41.

⁶⁵ F. R. de OLIVEIRA, *A construção do conhecimento português sobre a China, c. 1500-c. 1630...*, op. cit., p. 797.

⁶⁶ R. LOUREIRO, “Gaspar da Cruz, primeiro sinólogo europeu”, op. cit., p. 125.

Fernão Mendes Pinto (c. 1514-1583) e Luís de Camões. Em relação ao primeiro, sabemos que se encontrou pelo menos uma vez com Frei Gaspar da Cruz no porto de Malaca. Além disso, terá usado os seus materiais na redação da *Peregrinação*⁶⁷, texto que se encontrava a redigir em 1570, no ano em que saiu do prelo o tratado de Fr. Gaspar da Cruz.

Dos autores tratados, é o próprio Fernão Mendes Pinto que remete o leitor para a obra de João de Barros. A *Terceira Década* terá sido uma das fontes para escrever a sua narrativa sobre a China e seria a Barros que o autor se estaria a referir, quando menciona, a propósito da origem e fundação do Império Chinês, que desde os escritores da Antiguidade até aos seus dias não tinha sido fornecida qualquer informação a este respeito: “(...) direy o que ahy nos contarão, & eu despois algumas vezes ouuy, porque se saiba a origem & fundamento deste imperio Chim, ja que os escritores antigos atêgora não derão nenhuma razão disto.”⁶⁸ Esta frase sintetiza bem a conjugação que Fernão Mendes Pinto fez das fontes de informação escritas com as orais, fruto do seu “ouvido” e dos testemunhos recolhidos localmente. É possível também reconhecer a influência da obra de Barros na descrição de alguns acontecimentos ocorridos no Sião, nos capítulos 181 a 188 da *Peregrinação*. À semelhança do humanista e historiador, Fernão Mendes Pinto identifica como informador, Domingos Seixas, cativo no Sião. Barros terá também sido a sua fonte para apurar alguns

⁶⁷ Sobre Fernão Mendes Pinto e a *Peregrinação* veja-se Jorge dos Santos ALVES (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Volumes I-IV. Lisboa, Fundação Oriente, 2010 e o conjunto de textos incluídos em Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinacão 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2017.

⁶⁸ Jorge dos Santos ALVES (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Vol. II - Restored Text, Cap. 92, op. cit., p. 300.

elementos sobre a embaixada de Tomé Pires a Pequim, tratada no capítulo 116.⁶⁹

Edição póstuma, do ano de 1614, a *Peregrinação* conferiu também um lugar de destaque à China. Mas, neste caso, não como único objeto da narrativa, já que esta obra teve como palco a Ásia. De referir que este texto, escrito por um autor que não era um humanista ou letrado como Barros ou Camões, teve uma grande divulgação logo no século XVII.⁷⁰ Eduardo Lourenço atribuiu o sucesso desta obra precisamente à “extraordinária naturalidade” com que o seu herói-narrador se move, considerando que a *Peregrinação* pode ser vista “(...) senão como um anti-Lusíadas, ao menos como a outra face da aventura épica dos portugueses (...).”⁷¹

A *Peregrinação* reafirma, à semelhança de todos os autores até agora analisados, uma imagem muito positiva da China. Apesar de só ter sido publicada cerca de trinta anos depois da morte de Fernão Mendes Pinto, ou seja, após a primeira edição d’ *Os Lusíadas*, muito provavelmente Camões conheceu este trabalho que já se encontrava a ser escrito na década de 70 do século XVI.

⁶⁹ R. LOUREIRO, “Mission Impossible. In search of the sources of Fernão Mendes Pinto’s *Peregrinação*”, in Jorge dos Santos ALVES (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Vol. I Studies, op. cit., pp. 242-243.

⁷⁰ Arnaldo do Espírito SANTO, “Imagens do Oriente na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinação 1614*, op. cit., p. 191. O autor refere seis edições da *Peregrinação* no século XVII.

⁷¹ Eduardo LOURENÇO, “A *Peregrinação* ou a metamorfose do olhar europeu”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinação 1614*, op. cit., p. 17.

IV. “Da potência real, soberba e rica”: a China e a epopeia camoniana

É nesta série de textos que, nas palavras de Raffaella d’Intino, sem serem fantasias ou construções utópicas *stricto sensu*, se apresentam simultaneamente como resultado do cruzamento da observação, direta ou indireta, da sociedade que descrevem, constituindo respostas à cada vez maior curiosidade europeia relativamente a este país, e da exaltação de alguns aspetos da realidade observada, que podemos inscrever os versos d’*Os Lusíadas* sobre a China.

As imagens escolhidas pelo poeta para descrever a China inserem-se numa clara linha de continuidade com os apresentados nas obras dos outros humanistas e cultores das letras portuguesas, já aqui comentadas, embora se trate de uma composição poética e, em termos de forma, apenas se aproximar da *Miscellanea* de Garcia de Resende.

Importa, desde já, notar que Camões se refere diretamente à China três vezes n’ *Os Lusíadas*: na estrofe 54 do Canto Segundo; na estrofe 41 do Canto Sétimo; e nas estrofes 129 a 131 do Canto Décimo. Das três menções, a última, incluída no episódio da “Ilha dos Amores”, é a mais extensa, ocupando três estrofes.

Camões começa por recorrer à fala de Júpiter a Vénus para enunciar o que o leitor já sabe, que os portugueses chegariam até “(...) o longinco China navegando / E as ilhas mais remotas do Oriente”.⁷² Esta referência, conforme notou António José Saraiva, não dizia respeito à China, enquanto território, mas ao habitante, daí encontrar-se no masculino.⁷³ Camões não é uma exceção,

⁷² Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, ed. organizada por António José SARAIVA. Porto, Livraria Figueirinhas, 2014 (1.ª ed. 1572), p. 111 (Canto Segundo, estrofe 54, versos 6 e 7).

⁷³ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 111 (nota ao verso 6).

também neste aspeto, já que os habitantes da China, os “chinas”, são mencionados constantemente na documentação portuguesa. A terra, essa, o poeta descrevia-a como “(...) grossa em trato, em tudo aquilo / Que as ondas podem dar, da China ao Nilo.”⁷⁴

A representação da China que sobressai da pena de Camões é, à semelhança das narrativas que acabámos de analisar, a de um reino-modelo, um “soberbo Império, que se afama / Com terras e riqueza não cuidada”⁷⁵, a de uma “(...) potência real, soberba e rica.”⁷⁶ O adjetivo “soberbo” repete-se, aliás, nas estrofes 129 e 130 do Canto Décimo para caracterizar este Império, ou potência, de uma forma extremamente positiva. A grandeza das coisas da China é, ainda, confirmada na epopeia camoniana pela própria dimensão do litoral sínico, que abrangia várias zonas climáticas, “Desde o Trópico ardente ao Cinto frio.”⁷⁷

À semelhança de João de Barros, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório, também Camões se detém no tópico da sabedoria exigido na China aos que governavam. Contrariamente à hereditariedade das monarquias europeias, nomeadamente a portuguesa, salientava que na China: “(...) o Rei que tem não foi nacido / Príncipe, nem dos pais aos filhos fica, / Mas elegem aquele que é famoso / Por cavaleiro, sábio e virtuoso.”⁷⁸ A par da sabedoria, destacava a virtude, ou seja, o mérito ou valor, exigido aos que reinavam. Não deixa de ser interessante esta observação. Ofélia Paiva Monteiro defendeu uma “teoria do valor” no humanismo camoniano, subjacente às sequências narrativas de evocação dos feitos lusos, assim como às intervenções do “eu” autoral, portadoras das marcas

⁷⁴ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 306 (Canto Sétimo, estrofe 41, versos 7 e 8).

⁷⁵ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 129, versos 5 e 6).

⁷⁶ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 130, verso 4).

⁷⁷ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 129, verso 8).

⁷⁸ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 130, versos 5 a 8).

ideológicas do seu tempo.⁷⁹ Note-se que Camões transporta esta “teoria do valor” para um país governado por letrados, classificando estes últimos de sábios, virtuosos e cavaleiros, esta última uma categoria da sociedade a que o próprio pertencia. Borges de Macedo⁸⁰ observou que na epopeia camoniana, que canta os grandes nomes da história nacional, Camões nunca utiliza a palavra “fidalgo”. Recorre, sim, para designar os valores que exalta à palavra “cavaleiro”, representativa de uma categoria não herdada, mas obtida por valor das armas.

O poeta defende, ainda, a política de expansão marítima chinesa por oposição a um certo isolamento, que regista nos seguintes versos: “Inda outra muita terra se te esconde, / Até que venha o tempo de mostrar-se. / Mas não deixes no mar as ilhas onde a natureza quis mais afamar-se.”⁸¹ Note-se que o tema da expansão marítima, tratado subtilmente por Camões ao escrever que a China não devia “(...) deixar no mar as ilhas onde a natureza quis mais afamar-se”, já tinha sido desenvolvido diretamente por outros autores, nomeadamente por João de Barros e, influenciado por este, por Frei Gaspar da Cruz. E, em termos de defesa interna, o poeta menciona a Grande Muralha da China, que descreve como “(...) o muro e edifício nunca crido, / Que entre um império e outro se edifica, / Certíssimo sinal, e conhecido / Da potência real, soberba e rica.”⁸² Estes versos camonianos transmitem, por um lado, o espanto perante uma construção tão grandiosa, por outro, a ideia desta muralha ser o símbolo da inexpugnabilidade deste Império. Em suma, Camões “vê” a Grande Muralha, linha de demarcação da fronteira da China com os Tártaros, com a mesma perspetiva

⁷⁹ O. P. MONTEIRO, “A teoria do ‘valor’ proposta n’*Os Lusíadas*”, op. cit., p. 54.

⁸⁰ Jorge Borges de MACEDO, *Os Lusíadas e a História*. Lisboa, Editorial Verbo, 1979.

⁸¹ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 131, versos 1 a 4).

⁸² L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Décimo, estrofe 130, versos 1 a 4).

de admiração e espanto com que Barros a “olhou” e, na sequência deste, Góis, Osório e o próprio Gaspar da Cruz.

Todos os temas contemplados n’*Os Lusíadas* não representam uma novidade, antes pelo contrário, são tópicos correntes no século XVI. Estes refletem a imagem que se foi construindo da China, na sequência de narrativas de outros humanistas e autores que escreveram sobre este país, assim como de informações que circularam por escrito e oralmente. É bem provável que Camões tenha lido as obras de João de Barros, de Damião de Góis, de D. Jerónimo Osório e de Frei Gaspar da Cruz. Os próprios circuitos marítimos que percorreu explicam o seu conhecimento da China.

Podemos, porém, interrogar-nos porque é que a China só é mencionada de forma direta em cinco estrofes d’*Os Lusíadas*? Alguns autores justificaram esta pretensa reduzida atenção do poeta à China por este conhecer mal o país, por nunca ter viajado até esse Império ou por nunca ter vivido lá.

No entanto, se atentarmos na narrativa do poema e nos seus objetivos, concluímos que o grosso dos acontecimentos cantados por Camões, balizados entre c. 1499 e 1560, centram-se no Índico ocidental, principalmente no subcontinente indiano, onde estava a sede do poder português, primeiro no Malabar, em torno de Cochim, e posteriormente em Goa, mais a norte, pelo que não será de estranhar que a China não ocupe um lugar central nas suas observações.

O episódio da “Ilha dos Amores”, no qual surge referenciada, serviu tanto para Camões mostrar a “máquina do mundo”, numa curiosa amálgama da tradição greco-romana com as inovações introduzidas pelos portugueses, como para descrever a geografia onde se desenrolou a expansão portuguesa. Embora o poeta não siga a habitual divisão do mundo para oriente do Cabo da Boa Esperança, em nove zonas, replicando uma ordem vinda da Antiguidade e que

os seus contemporâneos, nomeadamente João de Barros, também usaram, podemos encontrar ecos dessa mesma distribuição na sua narrativa, a partir da estrofe 97 do Canto Décimo. Esta progressão geográfica tornou-se canónica e ninguém escapava a este critério quando se queria descrever o Estado da Índia, o nome oficial do império português na Ásia.

A junção dos dois planos, o histórico e o geográfico, faz com que o grosso dos assuntos tratados n'Os *Lusíadas* privilegie o Índico e a costa ocidental da Índia, onde estava o centro da presença oficial portuguesa.

Mas, ainda assim, será que a representação da China n'Os *Lusíadas* se circunscreve apenas às referências diretas já aqui abordadas? Uma leitura mais atenta da obra, conduziu dois reputados camonistas – Helder Macedo e Cleonice Berardinelli – a levantarem o véu sobre um novo e interessante problema: a hipótese de Camões ter referenciado, na estrofe 77 do Canto Quinto, de forma indireta, as sete expedições marítimas do eunuco muçulmano Zheng He (1371-1433), nascido na província do Yunnan, levadas a cabo entre 1405 e 1433.⁸³

Realizadas nos reinados dos Imperadores Yongle (1402-1424) e Xuande (1425-1435), estas expedições assumem-se como um dos aspetos mais relevantes da fase inicial dos Ming, constituindo-se como o culminar da supremacia marítima chinesa na Ásia. Ao longo de sete viagens, os navios chineses visitaram diversos locais, num total de cerca de 40 países, a saber: Champá (Vietname), Filipinas, Bornéu, Mar de Timor, Celebes (ilha da Indonésia), península da Indochina e da Malásia, Samatra, Calecute, Cochim, Maldivas, Ceilão, Bengala, Sião, Golfo Pérsico (Ormuz), Mar Vermelho (Adem), e a costa oriental africana. Destaque-se que eram forças

⁸³ Cleonice BERARDINELLI, “Uma estrofe intrigante”: *Floema*, Ano VI, n. 7 (jul./dez., 2010), pp. 19-32.

poderosas compostas por 50 a 250 juncos de grande dimensão (60 metros de comprimento e 14 metros de largura), equipados com canhões, que tanto usavam velas como remos, e que tinham tripulações de 28.000 pessoas. Estas expedições, em que ficaram famosos os “barcos do tesouro”, terminaram por decisão imperial, no ano de 1433.

Na narrativa ao rei de Melinde, Gama fala destas “naus”. Em grandeza, segundo o poeta, igualavam as dos portugueses e teriam chegado à costa oriental de África partindo da terra “donde sai o Sol” abalando-se “Pera onde a costa ao Sul se alarga e estende / E do Sul pera o Sol, terra onde havia / Gente, assi como nós, da cor do dia.”⁸⁴ Além da referência clara à terra onde nasce o Sol, Camões explora o tópico da alvura da pele associado aos chineses, também este um assunto persistentemente referido pelos autores portugueses.

A alusão de Camões às navegações marítimas de Zheng He, muito anteriores às dos portugueses e operadas num sentido inverso ao destas últimas, parece confirmar que este também seria um tema recorrente. Apesar de Helder Macedo ter levantado a hipótese destes versos camonianos poderem ser a primeira referência europeia às expedições marítimas de Zheng He, é possível confirmar que este tópico já havia sido tratado por outros autores, nomeadamente por João de Barros e por Gaspar da Cruz, e que continuará a ser contemplado nas narrativas de alguns jesuítas, na primeira metade do século XVII, nomeadamente na obra de Álvaro Semedo, *Imperio de la China i Cultura Evangélica en él* (Madrid, 1642).⁸⁵

⁸⁴ L. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, op. cit., p. 438 (Canto Quinto, estrofe 77, versos 5 a 8).

⁸⁵ Sobre Álvaro Semedo e a sua obra ver Isabel Murta PINA, “Escrever sobre a China. Álvaro Semedo e a obra *Imperio de la China*”, in Carlos MORAIS *et alii* (eds.), *Diálogos Interculturais Portugal-China I*. Aveiro, Universidade de Aveiro-Instituto Confúcio, 2018, pp. 99-119.

Os Lusíadas contribuirão, também, para reforçarem a transmissão desta imagem de grandeza económica e cultural da China. Dela encontraremos reflexos na obra *El Ingenioso Hidalgo Dom Quijote de la Mancha* (Primeira Parte – 1605 e Segunda Parte – 1615) de Miguel de Cervantes (1547-1616), confessado leitor de Camões. Na dedicatória ao Conde de Lemos, este escritor narrava as alegadas súplicas que lhe haviam sido dirigidas pelo “grande imperador da China”, através de uma carta escrita em Chinês, para que este lhe enviasse o seu livro e para que fosse reitor de um dos seus colégios, onde se ensinasse a língua castelhana.⁸⁶ Esta referência, entre o real e a ficção, demonstra que a China continuará a ser vista como um modelo no século XVII, em obras que se assumiram como verdadeiros êxitos editoriais. A influência de Camões na obra de Cervantes não será de estranhar, bastará pensar que é na esfera de preponderância das Universidades de Alcalá de Henares e Salamanca que se publicam, em 1580, com um reduzido tempo de intervalo, em relação à primeira edição, as primeiras traduções para castelhano de *Os Lusíadas*. Como salientou Vanda Anastácio, a propósito da rede de relações a que pertenciam os tradutores, “(...) entre os que louvam o trabalho dado á estampa em Alcalá pelo português Benito Caldera (ou Bento Caldeira), (...) contam-se poetas afectos à corte, do círculo de Lope de Vega e de Cervantes (...)”⁸⁷

Em síntese, os vários tópicos sobre a China abordados por Camões n’*Os Lusíadas* enquadram-se numa linha de perfeita continuidade

⁸⁶ Miguel de CERVANTES SAAVEDRA, *O Engenboso Fidalgo Dom Quichote de la Mancha*, trad. de Viscondes de CASTILHO E AZEVEDO e prefácio de Pinheiro CHAGAS, Volume Segundo. Porto, Imprensa da Companhia Litteraria, 1876, p. 3.

⁸⁷ Vanda ANASTÁCIO, *Leituras potencialmente perigosas e outros estudos sobre Camões e a sua época*. Lisboa, Caleidoscópico - Edição e Artes Gráficas, 2020, pp. 36-37.

com outras narrativas quinhentistas portuguesas sobre esse império.⁸⁸ Por meio dos autores referidos e de outros, a imagem da China vai-se paulatinamente estruturando e consolidando. Seria necessário esperar pela entrada dos jesuítas na China continental para que aumentasse e se aprofundasse o conhecimento sobre a China, mas isso é outra história.

Referências bibliográficas

Fontes Impressas

BARROS, João de

— *Ásia de João de Barros, Primeira Década*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 (1.^a ed. 1552).

— *Ásia de João de Barros, Terceira Década*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992 (1.^a ed. 1563).

CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, organizada por António José SARAIVA. Porto, Livraria Figueirinhas, 2014 (1.^a ed. 1572).

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de, *O Engenboso Fidalgo Dom Quichote de la Mancha*, trad. de Viscondes de CASTILHO E AZEVEDO e prefácio de Pinheiro CHAGAS, Volume Segundo. Porto, Imprensa da Companhia Litteraria, 1876.

CRUZ, Frei Gaspar da

— *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China com suas particularidades e assi do Reino de Ormuz*. Évora, André de Burgos, 1570.

— *Tratado das Coisas da China* (Évora, 1569-1570), ed. de Rui LOUREIRO. Lisboa, Edições Cotovia, 1997.

— *Tratado das Cousas da China*, ed. de Zulmira SANTOS e Luís de SÁ FARDILHA. Porto, U. Porto Edições, 2019.

FARIA, Manuel Severim de, *Discursos Vários Políticos*, ed. de Maria Leonor Soares Albergaria VIEIRA. Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1999 (1.^a ed. 1624).

⁸⁸ Este primeiro encontro entre a Europa e a China foi designado por Antonella Romano como a “primeira idade global”. Cf. Antonella ROMANO, *Impressions de Chine. L'Europe et l'englobement du monde (XVIe-XVIIe siècle)*. Paris, Fayard, 2016.

GÓIS, Damião de

- *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, anot. e pref. de Joaquim de CARVALHO e David LOPES, Parte I-Parte IV. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926 (1.^a ed. 1566-1567).
- *Obras de Damião de Góis*, Vol. II (1539-1540). *O fascínio do Oriente e a aproximação à Europa do Norte*. Leitura diplomática e versão portuguesa por Miguel Pinto de MENESES. Edição, introdução e notas de Manuel CADAFAZ DE MATOS. Apresentação de Amadeu TORRES. Lisboa, Edições Távola Redonda, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (CEHLE) IX, 2006.
- “Breve contestação de Damião de Góis a Paulo Jóvio sobre o domínio dos portugueses”, in *Opúsculos Históricos*, trad. do original latino por Dias de CARVALHO. Porto, Livraria Civilização Editora, 1945, pp. 85-89 (1.^a ed. 1539).

OSÓRIO, Jerónimo

- *Tratado da Glória*, ed. de A. Guimarães PINTO. Lisboa, Imprensa Nacional, 2005 (1.^a ed. 1549).
- *Da vida e feitos d’El Rey D. Manoel*, Tomos I-III. Lisboa, Na Imprensa Regia, 1804-1806 (1.^a ed. 1571).

PEREIRA, Galiote, *Algumas cousas sabidas da China*, introd., modernização do texto e notas de Rui LOUREIRO. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1992.

PINTO, Fernão Mendes, *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, ed. de Jorge dos Santos ALVES, Volume II – Restored Text. Lisboa, Fundação Oriente, 2010.

RESENDE, Garcia de, *Miscellanea e Variedade de Historias, Costumes, Casos e Cousas que em seu tempo aconteceram*, pref. e notas de Mendes dos REMÉDIOS. Coimbra, França Amado-Editor, 1917 (1.^a ed. 1554).

Estudos

ALMEIDA, Isabel (org.), *Peregrinacam 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2017.

ALVES, Jorge dos Santos (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Volumes I, III, IV – Studies, Notes and Indexes. Lisboa, Fundação Oriente, 2010.

ANASTÁCIO, Vanda, *Leituras potencialmente perigosas e outros estudos sobre Camões e a sua época*. Lisboa, Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, 2020.

BARRETO, Luís Filipe, *Damião de Goes: Os Caminhos do Humanista*. [Lisboa], CTT, 2002.

BERARDINELLI, Cleonice, “Uma estrofe intrigante”: *Floema*, Ano VI, n. 7 (jul./dez., 2010), pp. 19-32.

BRAY, Francesca, *Technology and Society in Ming China (1368-1644)*. [Washington], Society for the History of Technology - American Historical Association, 2000.

BROCKEY, Liam, “The first China Hands: The Forgotten Iberian Origins of Sinology”, in Christina H. LEE (ed.), *Western Visions of the Far East in a Transpacific Age, 1522-1657*. Farnham, Ashgate Publishing, 2012, pp. 69-84.

- BROKAW, Cynthia J. & CHOW, Kai-wing (eds.). *Printing and Book Culture in Late Imperial China*. Berkeley, University of California Press, 2005.
- BROOK, Timothy, *The Troubled Empire. China in the Yuan and Ming Dynasties*. Cambridge (Mass.) - Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 2010.
- COELHO, António Borges
- *Tudo é Mercadoria. Sobre o Percurso e a Obra de João de Barros*. Lisboa, Caminho, 1992.
 - *João de Barros: Na História «Está Semeada toda a Doutrina»*, Sep. de *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa, Centro de Arqueologia e História/ INIC, 1992.
 - *João de Barros. Vida e Obra*. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- DIAS, Aida Fernanda, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. A Temática*, Vol. V. Lisboa, IN-CM, [1998].
- D'INTINO, Raffaella, Introdução e Leitura de, *Enformação das Cousas da China. Textos do Século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1989].
- ELMAN, Benjamin A., *A Cultural History of Modern Science in China*. Cambridge (Mass.)-Londres, Harvard University Press, 2006.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*. Algés, Difel, 1990.
- GOMES, Cristina Costa, “Lisboa: Porto Asiático (Séculos XVI e XVII)”: *Revista de Cultura* 46 (2014), pp. 66-79.
- GOMES, Cristina Costa; PINA, Isabel Murta, “Reflexos de Glória e Sabedoria. O mundo letrado chinês e o Humanismo Português”, in Cristina PIMENTEL *et alii* (eds.), *O Humanismo Português e Europeu no 5º Centenário do Cícero Lusitanus: Dom Jerónimo Osório (1515-1580)*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, pp. 571-581.
- HIRSCH, Elisabeth Feist, *Damião de Gois. The Life and Thought of a Portuguese Humanist, 1502-1574*. Haia, Martinus Nijhoff, 1967.
- JANEIRA, Armando Martins, “O Oriente n’Os Lusíadas”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. XI. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, pp. 133-158.
- LOUREIRO, Rui
- “Antologia Documental, Visões da China na Literatura Ibérica dos séculos XVI e XVII”: *Revista de Cultura*, n.º 31 (I série), Instituto Cultural de Macau (Abril/Junho 1997).
 - *Fidalgos, Mandarins e Missionários. Portugal e a China no Século XVI*. S.l., Fundação Oriente, 2000.
 - “Camões em Macau: um mito historiográfico”: *Revista de Cultura / Review of Culture* (Macau), n. 7 (2003), pp. 109-125.
 - “Gaspar da Cruz, primeiro sinólogo europeu”, in *Nas Partes da China*. Lisboa, CCCM, I.P., 2009, pp. 113-128.
 - “Camões em Macau: um mito historiográfico”, in *Nas Partes da China*. Lisboa, CCCM, I.P., 2009, pp. 129-150.

- “Mission Impossible. In search of the sources of Fernão Mendes Pinto’s Peregrinação”, in Jorge dos Santos ALVES (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: Studies, Restored Portuguese text, Notes and Indexes*, Vol. I Studies. Lisboa, Fundação Oriente, 2010, pp. 235-255.
- LOURENÇO, Eduardo, “A Peregrinação ou a metamorfose do olhar europeu”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinação 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2017, pp. 11-18.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Os Lusíadas e a História*. Lisboa, Editorial Verbo, 1979.
- MEDINA, João, “Não há utopias portuguesas”: *Revista de História das Ideias*, vol. 2 (1978-1979), pp. 163-170.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva, *Variações sobre Temas Camonianos*. Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de
- *A construção do conhecimento português sobre a China, c. 1500-c. 1630. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta* (tese de Doutoramento apresentada à Universitat Autònoma de Barcelona, Departamento de Geografia, texto policopiado, 2003).
- “China: utopia ou distopia? Interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI”, in *Actas del XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona, Universitat de Barcelona, 2016. http://www.ub.edu/geocrit/xiv_franciscooliveira.pdf (último acesso: 5/11/2020)
- OLLÉ, Manel
- *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden, HarrassowitzVerlag, 2000.
- “La imagen española de China durante el siglo XVI”, in Carlos MARTÍNEZ-SHAW e Marina ALFONSO MOLA (eds.), *La ruta española a China*. Madrid, Ediciones El Viso, 2007, pp. 81-96.
- PINA, Isabel Murta, “Escrever sobre a China. Álvaro Semedo e a obra *Imperio de la China*”, in Carlos MORAIS et alii (eds.), *Diálogos Interculturais Portugal-China I*. Aveiro, Universidade de Aveiro-Instituto Confúcio, 2018, pp. 99-119.
- RAMALHO, Américo da Costa (org.), *Latim Renascentista em Portugal*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.
- RIBEIRO, Eduardo
- *Camões em Macau – uma certeza histórica*. Macau, Ed. COD, 2007.
- *Camões no Oriente*. 2.^a ed. Lisboa, [s.n.] 2018.
- ROMANO, Antonella, *Impressions de Chine. L’Europe et l’englobement du monde (XVIe-XVIIIe siècle)*. Paris, Fayard, 2016.
- SANTO, Arnaldo do Espírito, “Imagens do Oriente na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”, in Isabel ALMEIDA (org.), *Peregrinação 1614*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2017, pp. 191-202.
- SILVA, Vítor Aguiar e (Coord. de), *Dicionário de Luís de Camões*. Alfragide, Editorial Caminho, 2011.

TORRÃO, João Manuel Nunes

- *A China na obra de D. Jerónimo Osório*, Separata das *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993, pp. 449-460.
- “D. Jerónimo Osório e o *De Gloria*. Um *Best-Seller* europeu de Quinhentos”, in António ANDRADE *et alii* (orgs.), *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Porto, Câmara Municipal do Porto, Biblioteca Pública Municipal; Universidade de Aveiro, Centro de Línguas e Culturas, 2013, pp. 233-250.